

Projectar a *cidade alargada*: a paisagem na construção do espaço público das novas expansões urbanas

Rodrigo Coelho*

Enquadramento

Mesmo admitindo que o *futuro* das cidades portuguesas, à semelhança do que tem vindo a suceder em muitas cidades e metrópoles europeias, passará mais por acções de *preenchimento*, *consolidação*, ou *recomposição*, continuamos a julgar fundamental reflectir sobre o papel que o espaço aberto pode desempenhar na estruturação da *cidade nova*; bem como sobre os moldes em que se podem articular os novos fragmentos de cidade com a cidade existente, por forma a garantir, dentro das condições urbanas actuais, uma ideia de cidade como lugar habitável e estruturado, capaz de tornar significativa a vivência nestes novos sectores urbanos.

Partindo deste enquadramento, a questão geral que procuraremos tratar neste artigo será em que medida se torna possível continuar a construir e a dar forma à cidade, designadamente a partir das suas expansões residenciais correntes, projectando-a em estreita relação com a cidade existente mas também com paisagem e com o suporte geográfico.

Tomando como referência o contexto português procuraremos assim, mais concretamente, reflectir sobre o papel que o espaço público e a paisagem podem desempenhar na estruturação da cidade nova, por forma a garantir, dentro das condições urbanas actuais, uma ideia de cidade como lugar estruturado, e capaz de tornar significativa a vivência nestes novos sectores urbanizados.

Importará esclarecer que não está aqui tanto em causa o problema da criação isolada de novos espaços públicos (como parques de escala metropolitana) que, obviamente, podem e a nosso ver devem, eles próprios, constituir-se como estruturas importantes de expansão da cidade, e que em alguns casos o fazem.

Pretendemos reflectir, sobretudo, sobre as formas, os desígnios, e os valores que poderão ou deverão fundar as novas expansões de cidade, e sobre as estruturas ou modelos de espaço público que as podem conformar.

Neste âmbito e com estes objectivos recorreremos a um exemplo concreto - o Bairro da Malagueira, em Évora (projectado por Álvaro Siza entre 1977 e 1997) -, que nos ajudará a reflectir sobre o papel e o valor da paisagem na definição de modelos de espaço

* CEAU (Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo), Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. E-mail: rodrigo.coelho@arq.up.pt

(público) aberto, no sentido de resgatar para as novas expansões urbanas um papel relevante na definição da forma presente e futura da cidade e do território.

Como ponto prévio e posição teórica de partida, tal como sucede, de resto, no Bairro da Malagueira, admitiremos que as novas expansões urbanas continuarão a gerar-se tendencialmente por *agregação de fragmentos*, que de certo modo “inviabilizam” uma estruturação mais unitária de cidade, assim como uma ordem morfológica dominante.

Projectar o espaço público na expansão da cidade: referentes, temas e problemas

Face a esta premissa julgamos, desde logo, poderem ser colocadas algumas questões de arquitectura e de desenho urbano relativamente à consideração da paisagem e do espaço público na expansão da cidade e que poderão ser formuladas nos seguintes termos:

1. como devemos considerar a inserção ou integração dos novos fragmentos urbanizados no meio do território heterogéneo e pulverizado, que resulta, em muitas situações, da sobreposição do rural com o urbano e do artificial com o natural.

2. *como podemos* constituir - a partir do espaço público - uma estrutura de urbanização mais perene e capaz de estabelecer as articulações, e continuidades com os contextos urbanos envolventes mais indefinidos e mais abertos, capaz de tornar significativa e inteligível a expansão urbana em meio natural.

Considerando as actuais circunstâncias e especificidades que apresentam os territórios metropolitanos (onde a fragmentação, a dispersão, a heterogeneidade, a ruptura, etc. se constituem como a *regra* na urbanização da cidade) justificar-se-á, a nosso ver, um olhar e um estudo atento sobre referentes e modelos urbanos passados, onde o espaço público se tenha revelado como componente estruturador das novas expansões urbanas.

Sobretudo interessam-nos os exemplos e modelos urbanos que evidenciem de forma clara a necessidade de pensar de modo articulado e complementar o espaço construído - a edificação - com os elementos naturais e com a paisagem, como base da construção da nova cidade.

Neste contexto parece-nos incontornável a referência às operações de expansão residencial de média dimensão realizadas em Inglaterra nos séculos XVII, XVIII, ou aos planos de extensão centro-europeus desenvolvidos nas primeiras décadas do século XX.

Estes exemplos permitem-nos, porventura, pensar e encontrar vias de saída, para o problema de “expandir a cidade” de uma perspectiva menos *global e unitária*, mas onde o espaço público se revela igualmente como a matriz que confere estrutura, hierarquia e

legibilidade à cidade criada. Podemos também reconhecer nestes exemplos, onde a ideia de bairro se afirma como a peça básica da agregação do sistema urbano, conceitos como os da *linearidade*, da regularidade e da *nuclearidade*, definindo as leis do seu crescimento em estreita relação com a paisagem.

Estes pressupostos levam-nos igualmente a considerar algumas propostas de Frederick Law Olmsted (1822-1903), como referentes importantes para pensar a expansão da cidade contemporânea, designadamente o plano de expansão de Riverside (em Illinois, 1869), onde Olmsted concebe esta *extensão de cidade* com a intenção de colocar o espaço doméstico em relação com a natureza. Neste caso, Olmsted não pretende apenas integrar a sua proposta no contexto natural adaptando-se à topografia, pretende sobretudo introduzir um sistema global de espaços públicos perfeitamente integrados entre si e em estreita relação com o meio-físico.

Como refere Iñaki Ábalos, Olmsted propõe-nos assim, neste exemplo, uma nova forma de diálogo entre natureza e sociedade¹, que não se materializa a partir do jardim privado de cada parcela, mas essencialmente na ideia de dar protagonismo à natureza e ao público (*em fazer coincidir interesses biológicos e sociais, dando-lhes uma forma estética*², o que de resto sucede também de forma muito clara na proposta por ele elaborada para o Central Park).

No que diz respeito à construção dos novos espaços públicos da cidade contemporânea, o problema que nos ocupa, estes exemplos permitem-nos, portanto, pensar que as novas extensões de cidade podem e devem ser capazes de preservar a paisagem e o suporte geográfico em que desenvolvem, e simultaneamente gerar outros espaços livres que materializam novas formas e sistemas de lugares públicos (tal como sucede, de resto, no caso Bairro da Malagueira).

O Plano da Malagueira: antecedentes e caracterização da área

Na medida em que o plano de expansão se desenvolveu no interior de uma realidade urbana, instável, heterogénea e fragmentada, que caracteriza muitas partes da cidade actual, julgamos que o Plano e o projecto de espaços públicos do Bairro da Malagueira se apresentam ainda hoje, decorridos mais de 30 anos sobre a data da sua concepção, como exemplo pertinente e actual de como se pode pensar e construir cidade, e por extensão os seus espaços públicos, à luz da actual condição urbana.

A área do Plano, localizada a escassas centenas de metros da Porta de Alconchel,

¹ Além das aspirações políticas e democráticas que as suas ideias e propostas à época continham, este e outros projectos e planos de F. Olmsted, ao reconhecer e afrontar o problema central da relação entre natureza e o espaço construído, em certa medida antecipam os modelos da cidade-jardim e influem de forma decisiva propostas tão díspares como as de Frank Lloyd Wright ou Le Corbusier.

² ÁBALOS, Iñaki, , 2008, p. 95.

constituía uma zona de transição entre o núcleo urbano amuralhado da cidade de Évora e os Montes e Herdades que se podem observar em seu redor³, configurando uma periferia ainda de carácter rural, que lentamente se foi fundindo com a extensão extramuros da cidade de Évora.

Deste conjunto, de origem, tipo e escala distintas, sobressaíam alguns conjuntos de bairros clandestinos cujas origens remontam aos anos 40 do século XX (o Bairro de Santa Maria a Oeste, o da Nossa Senhora da Glória e Fontanas a Este).

Como presença marcante deve ainda referir-se, as Quintas da Malagueirinha e da Malagueira a nordeste e o caminho de acesso a esta última que atravessava o terreno no sentido sul - norte, e que separava os Bairros clandestinos de Santa Maria a Oeste e o Bairro da Senhora da Glória a nascente.

O reconhecimento de elementos da paisagem rural alentejana (caracterizada pelos afloramentos rochosos e arborização dispersa), e a existência das referidas quintas de recreio, de vestígios rurais de disseminados e dos bairros clandestinos, determinaram fortemente a natureza deste lugar. Embora a inexistência de um sistema de ruas caracterizasse igualmente o terreno, era, por outro lado, evidente a presença de um conjunto de traçados rurais, que conformavam um sistema de atalhos, assegurando e organizando os percursos de “pé posto”, que garantiam a ligação entre as partes que marginavam o terreno (designadamente o acesso a cisternas e poços que se podiam encontrar em diversos pontos).

A cidade de Évora a nascente (com as muralhas em primeiro plano e a catedral a dominar o perfil da cidade) e o aqueduto renascentista, a norte, completam o quadro de referências construídas mais importantes da área em que o Plano se insere.

O projecto dos espaços abertos do Bairro na estratégia geral do Plano da Malagueira

Como faz notar Álvaro Siza, “(...) a relação entre a cidade antiga e a sua expansão constitui o problema fundamental e o mais delicado do Plano (...)”⁴

Do ponto de vista morfológico e usando de novo as palavras de Siza, a proposta traduz-se numa “(...) expansão de baixa altura, adaptando-se à topografia de suaves pendentes que se estende densa e contínua, até à muralha e à colina da cidade (...)”⁵.

Deste modo, seguindo o Plano elaborado, o projecto de espaços públicos constitui, fundamentalmente, uma resposta arquitectónica, urbanística e paisagística atenta à

³ A cidade de Évora possuía em 1977 cerca de 35 000 habitantes.

⁴ SIZA VIEIRA, Álvaro, “Plano de Pormenor para a zona da Malagueira, Évora”, *Arquitectura*, nº 132, 1979, p. 40.

⁵ Idem, *ibidem* p. 40.

necessidade de integrar e escalas e componentes urbanos e não urbanos, que à partida se revelavam de difícil conjugação.

Assim, nas diferentes escalas de trabalho, a concepção do espaço público extravasa os limites do Plano, *lançando pontes* para a cidade e o território envolventes, procurando potenciar e criar um princípio de ordem visível, que simultaneamente permita ao bairro aproximar-se da cidade histórica, e integrar as pré-existências que de forma desconexa cresceram em redor da cidade de Évora.

Siza parte portanto desta condição fragmentada, heterogénea e mais aberta desta área da cidade, ancorando-se em dois espaços públicos estruturantes, que possibilitam a aproximação ao principal ponto de referência principal - a *cidade amuralhada*.

Estes elementos são o eixo viário Este-Oeste que estabelece a *ligação umbilical* à Porta de Alconchel e o Parque Urbano que atravessa a área do Plano em diagonal (no sentido noroeste - sudoeste). Em conjunto, estes dois elementos reforçam esta intenção de articulação simultânea com o núcleo histórico e com os diferentes sectores *construídos e não construídos* que compõem o contexto envolvente.

A obrigatoriedade de (segundo o Plano anteriormente aprovado) preservar e criar espaços verdes (o que se traduzia na imposição de prever um terço da área do Plano liberta de construção), designadamente na orla no Turgela, determina à partida a importância de um “espaço verde central” na estrutura geral do Plano.

Um dos problemas prévios com o qual Siza se confronta será, portanto, o da definição do carácter deste *vazio central*, nomeadamente a relação que os novos sectores construídos estabeleceriam com este espaço, cuja leitura e importância no contexto do Plano seria inevitavelmente muito relevante.

Desde as primeiras hipóteses, o grande espaço verde central - o Parque Urbano - estabelece-se assim como a referência colectiva do bairro, permitindo organizar os diferentes núcleos construídos que, seguindo a topografia e apoiando-se nos vestígios e elementos pré-existentes, vão *pousando* na paisagem à imagem dos assentamentos rurais que caracterizam a paisagem alentejana, mas também à imagem dos *assentamentos* espontâneos que marcaram a origem e transformação deste lugar.

A estrutura de espaços abertos públicos do Bairro reflecte assim, desde logo, a vontade explícita de estabelecer uma relação fluida, intensa mas precisa (ou seja, diferenciada e hierarquizada) entre este espaço público central, aberto, contínuo e tendencialmente verde e natural (ao qual é conferido um tratamento eminentemente paisagístico), e os novos sectores construídos que o Plano previa (que englobariam construções e os espaços públicos da matriz mais “urbana”). Constitui ainda um princípio geral na organização dos espaços públicos, a intenção de garantir uma grande permeabilidade com os outros elementos pré-existentes - exteriores ou nas margens da

área do Plano - por forma a permitir igualmente uma relação filtrada mas significativa com o território e a cidade envolventes⁶.

O Parque Urbano como espaço estruturador

A estratégia de projecto preconizada para o Parque Urbano da Malagueira resulta assim de uma concepção alargada ao espaço urbano envolvente ao Bairro, que procura integrar e articular-se com outras áreas verdes existentes (como as pequenas quintas de recreio ou produção), com vista à criação de uma estrutura verde centrada na Ribeira do Turgela⁷.

*A estrutura verde proposta para o Bairro da Malagueira tem um significado de permanente relação com as zonas envolventes, que ultrapassam os próprios limites físicos do Bairro (...) mas simultaneamente a consolidação pretendida só é possível pela fluidez dos elementos naturais periféricos - de que se destaca a ribeira do Turgela e a vegetação das Quintas - através do carácter de continuidade física e de espécies vegetais.*⁸

O Parque Urbano, entendido assim como o espaço de “(...) maior grau de naturalidade, com carácter de continuidade e de protecção a elementos naturais da paisagem (...)”⁹, assume consequentemente uma escala e um valor paisagístico, que estabelece um contraste com os espaços urbanos e com os sectores construídos a que atrás nos referimos, sem que esta diferente identidade signifique ausência de relação ou ruptura. Bem pelo contrário, não só a concepção geral do Plano, a partir da definição dos principais traçados e configuração dos seus principais componentes, permite ler uma integração das grandes massas projectadas (mas também das pré-existências construídas) com os grandes vazios, como através dos elementos de excepção e de menor escala permite verificar a cuidada integração do *construído no natural*.

Neste caso, integração significa sobretudo a inserção controlada ao nível da forma e da escala (quer ao nível da altimetria quer da planimetria) de elementos construídos (*com ou sem volume*) num espaço vazio de carácter essencialmente paisagístico, com vista à demarcação, em conjunto com os sectores construídos, de espaços dotados de uma identidade específica. Mas integração também deve, ou pode, ser aqui entendida como a capacidade que o desenho do Parque revela, de organizar um conjunto de espaços e

⁶ Esta intenção pode verificar-se quer na articulação que o Plano prevê com os bairros clandestinos, quer com alguns equipamentos existentes (ou previstos) como, por exemplo, a piscina, a escola, quer ainda na proposta de alguns equipamentos nos limites ou fora da área do Plano.

⁷ É reveladora da importância atribuída às quintas agrícolas pré-existentes no contexto do Projecto, a comparação que é realizada entre estas “estruturas” com o próprio centro histórico da cidade Évora, conforme pode ler-se na *Memória Descritiva do Projecto de Espaços Exteriores* que acompanha o *Plano de Pormenor da Malagueira* (1987), p 4.

⁸ SIZA VIEIRA, Álvaro; GOMES DA SILVA, João, *Memória Descritiva do Projecto de Espaços Exteriores* que acompanha o *Plano de Pormenor da Malagueira* (1987), p. 9.

⁹ Idem, ibidem p. 9.

percursos (alguns deles, como referimos, aproveitando caminhos e traçados existentes) que asseguram as ligações entre os diferentes sectores.

A Rua na definição do *espaço público primário*

Como contraponto a este sistema estruturante (definido pelas vias e espaços abertos principais), podemos também reconhecer na estrutura geral do espaço público do Bairro, um denso sistema (aparentemente) secundário de ruas, formando quarteirões de dimensão e profundidade variável, que dão origem às manchas edificadas, que recortam e se contrapõe à referida estrutura de espaços abertos de escala mais territorial.

Como princípio geral, a relação entre as ruas e “fileiras” de habitações que geram os sectores e o espaço público aberto que os envolve é *directa*, enfatizando-se permanentemente, desta forma, a presença de elementos excepcionais, sejam elementos naturais, sejam elementos construídos. Por outro lado, a percepção do espaço público a partir da rua caracteriza-se quer pela constante variação dos enfiamentos visuais, quer pela simples variação das topografia, das tipologias e dos comprimentos das ruas (perdendo ou ganhando profundidade), quer ainda pela variação dos remates que se alteram constantemente, ao encontrar uma árvore, um equipamento ou uma situação específica da pré-existência.

As ruas que estruturam os sectores orientam-se por regra para o espaço central do Parque Urbano, privilegiando-se desta forma a relação entre o espaço interior do Bairro e o *espaço envolvente*, assegurando-se assim, e de uma forma eficaz, uma identidade distinta, ainda que complementar, entre o que são os espaços públicos genéricos, que organizam a relação entre o público e o privado e o que são os espaços públicos de carácter mais aberto ou de transição.

O sistema intermédio de espaços públicos : a conduta e os espaços públicos de excepção

Se o parque urbano central, os sectores construídos e as ruas se constituem como a principal *matéria-prima* que constrói a identidade do espaço público no Bairro da Malagueira, não pode deixar de ser referida o papel de um sistema intermédio de espaços públicos, que asseguram as necessárias articulações entre os elementos estruturadores, de escala territorial, como é o caso do parque central e o sistema de ruas que organiza as manchas edificadas...

De entre estes espaços o sistema de condutas assume um especial destaque.

O sistema de condutas é entendido (na sua origem) não apenas como uma espinha dorsal onde se vão adossar, seguindo ritmos diferenciados, as células de habitação

unifamiliar, os equipamentos, os comércios e alguns espaços públicos)¹⁰, como pode também ser lida como uma marca territorial que ajuda a definir limites, a estabelecer relações entre os sectores construídos e a paisagem envolvente, reforçando a hierarquia, a forma, assim como a composição e o traçado geométrico do sistema de espaços públicos abertos.

Extravasando a sua função técnica, sistema de condutas funciona assim, antes de mais, como um *sistema morfológico de referência* que determina a estrutura e a hierarquia do Plano, conferindo valor simbólico, perenidade, escala e identidade ao sistema de espaços abertos, e que torna possível a multiplicidade de relações e de escalas, e de usos dentro do Bairro.

Por fim, e reforçando a importância da paisagem na concepção do espaço público do Bairro da Malagueira, não pode igualmente deixar de ser referido a dimensão geográfica que orientou o desenho do que seria o principal espaço público do Bairro - a comumente designada Semi-Cúpula, que até hoje permanece por construir.

Para além da sua escala cívica e da inegável dimensão plástica que converteria esta “praça” semi-coberta numa referência incontornável no contexto do Bairro, o seu carácter notável decorre da forma intensa como se relacionaria com a paisagem circundante e com outras memórias que testemunhavam o passado rural desta zona (designadamente a existência de um poço e de um sobreiro).

Considerações Finais

Julgamos poder afirmar que a explicitação dos princípios e das formas construídas e não construídas que materializaram o projecto de espaços abertos do Bairro da Malagueira, analisados nas páginas precedentes, permite recolher ensinamentos sobre a riqueza formal, o valor estruturador e o significado urbanístico e arquitectónico que ainda podem adquirir os espaços públicos num projecto de expansão de cidade.

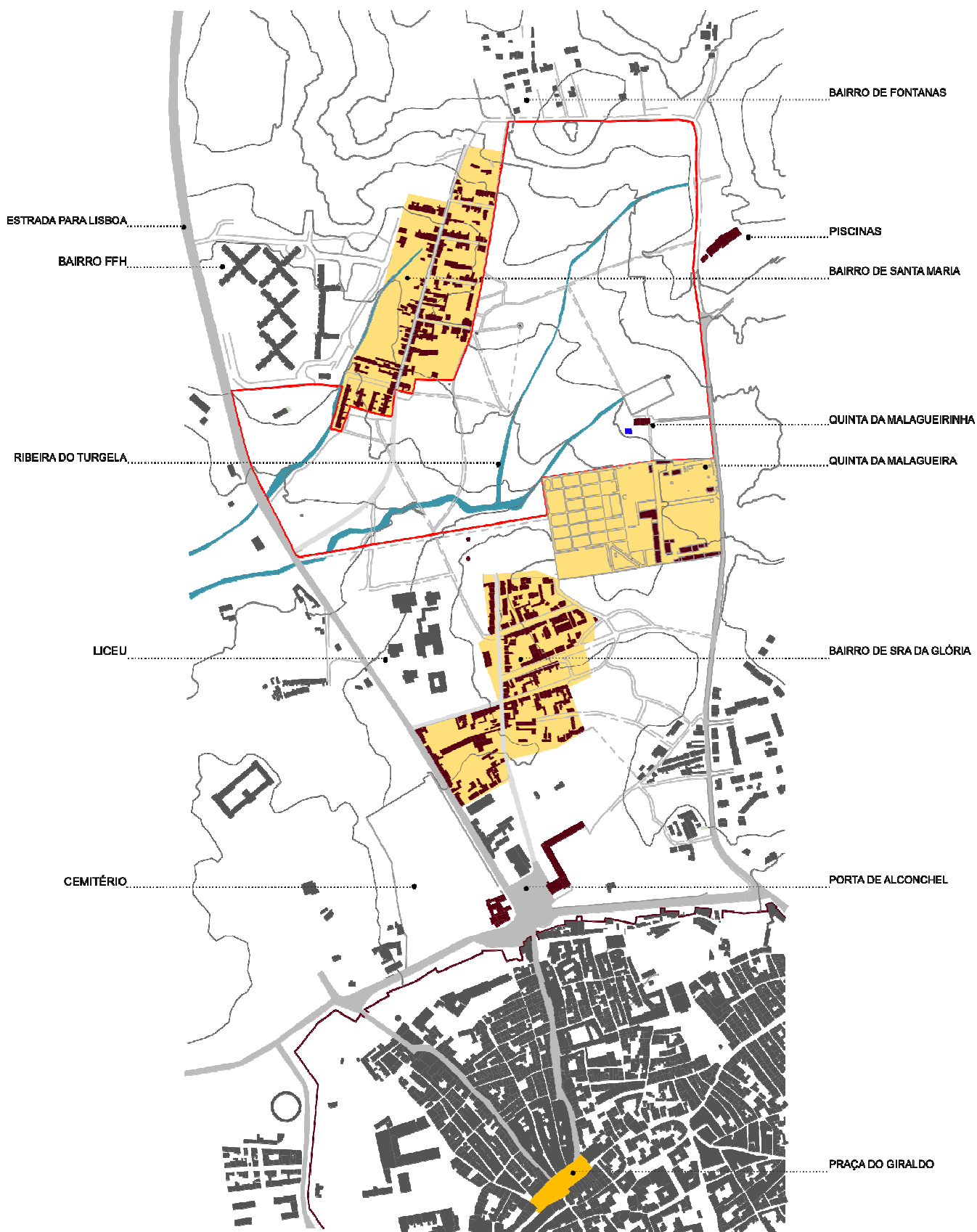
Um dos principais ensinamentos expressa-se desde logo na intenção de realizar uma expansão urbana intimamente articulada com a cidade existente - com o seu núcleo histórico, com a paisagem envolvente e com os bairros clandestinos que cresceram em redor da cidade. Neste sentido, a concepção e a materialização do espaço público, tem subjacente uma hierarquia, e é pensado em clara complementaridade com o conjunto edificado proposto e com o suporte geográfico, constituindo-se este último como uma referência fundamental para a definição da escala e da estrutura urbana propostas.

¹⁰ “O que interessa na construção de uma cidade é a sua capacidade de transformação, algo parecido ao crescimento de um ser humano, que desde o seu nascimento possui certas características e uma autonomia suficiente, uma estrutura de base que pode integrar-se, opor resistência às mudanças da vida”. Álvaro Siza entrevistado por Laurent Beaudoin, *L'Architecture d'Aujourd'hui*, nº 278 (1991), p. 61.

Simultaneamente, a proposta construída, evocando-nos a presença de ambientes, formas e tipologias de espaços que associamos à cidade tradicional, contém ensinamentos e apresenta respostas inovadoras e consistentes aos problemas que se colocavam, demonstrando em que medida, o projecto do espaço público ainda pode, e deve ser um instrumento fundamental na gestão da complexidade e da diversidade que caracteriza a cidade contemporânea.

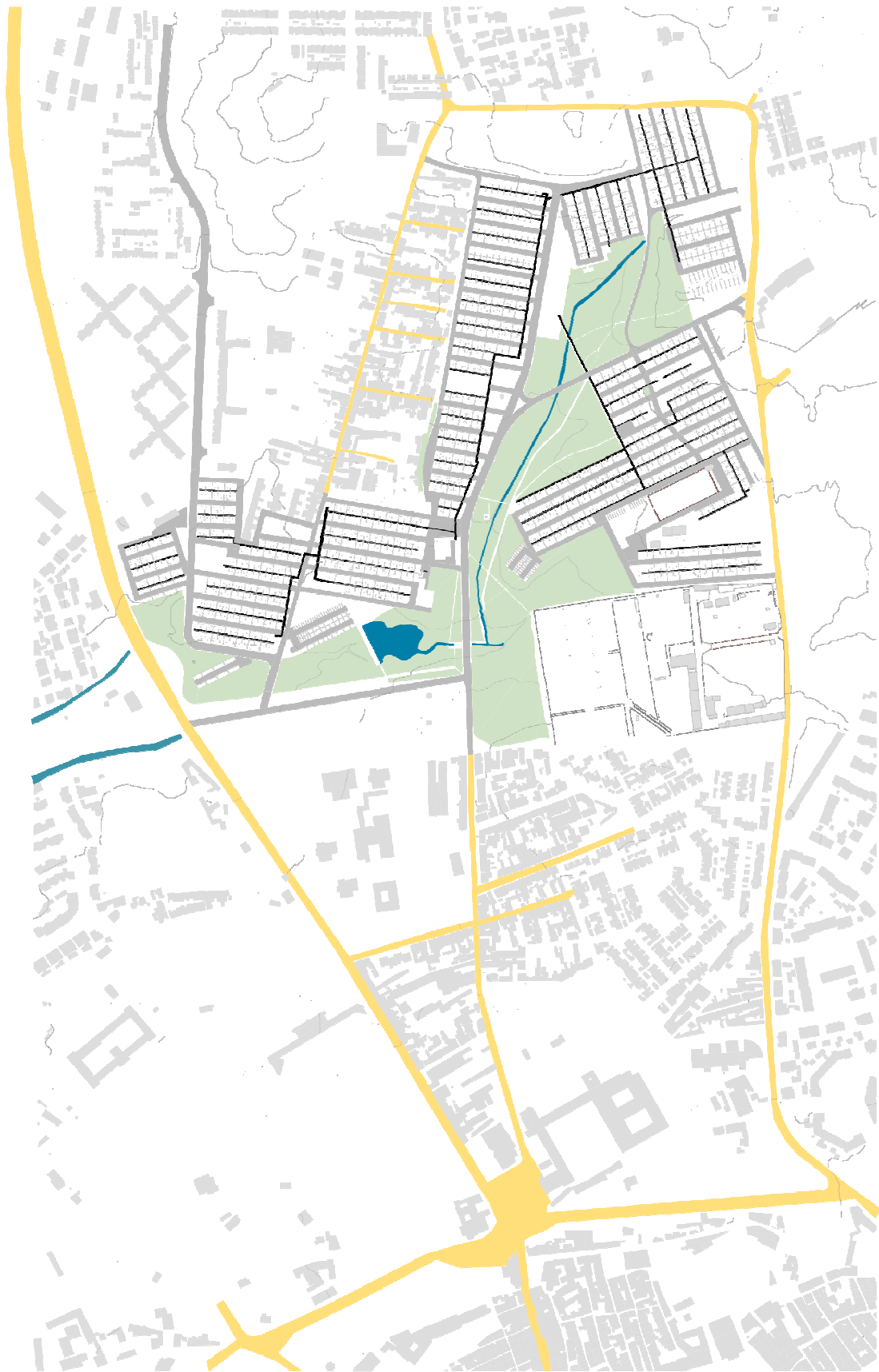
Neste sentido, o exemplo da Malagueira não deixa de afirmar a actualidade e a indispensabilidade de reconsiderar e reinterpretar conceitos, valores e regras *ancestrais* de configuração do espaço público, que neste caso se voltam a revelar as nossas referências mais seguras, quando confrontados com o problema de *fazer cidade fora da cidade consolidada*: o conceito de quarteirão, de rua, de praça, de jardim, bem como a consideração da topografia e da geografia do local.

Em síntese, este exemplo demonstra que, partindo de um plano com uma visão política por detrás, e através da materialização de projectos que não separam a arquitectura do desenho urbano e paisagístico, e que suportam a multiplicidade e a individualidade das partes sem ter de assumir rupturas com os tecidos pré-existentes, se pode continuar a *construir e a fazer cidade*, garantindo-se simultaneamente a dimensão colectiva e a unidade urbana e paisagística do conjunto.



SITUAÇÃO ANTES DA INTERVENÇÃO

- EDIFÍCIOS/CONJUNTOS EDIFICADOS SIGNIFICATIVOS NO ÂMBITO DO PLANO
- EDIFICADO PRÉ-EXISTENTE
- LIMITE DA INTERVENÇÃO



ELEMENTOS ESTRUTURADORES DO ESPAÇO PÚBLICO



-  VIAS PROPOSTAS
-  "ESPAÇO VERDE CENTRAL"





Fig. 1 - Bairro da Malagueira . “Jardim do Lago”



Fig. 2 - Bairro da Malagueira . Parque Central (“Jardim da Fonte”)



Fig. 3 - Bairro da Malagueira . Parque Central



Fig. 4 - Bairro da Malagueira . Conduto (sector Oeste)

Bibliografia

- ACEBILLO, Josep Antonio (1989) – *Struttura e significato dello spazio urbano*. “Spazi Pubblici Contemporanei. Innovazione e identità a Barcelona e in Catalogna”, Quaderni di AU, p. 28-36.
- Álvaro Siza entrevistado por Laurent Beaudoin”. *L’Architecture d’Aujourd’hui*. Nº 278, (1991), p. 58-65.
- BIONDI, Laura (1993) – *Progetto per gli spazi pubblici di Malagueira*. “Il disegno degli spazi aperti”, Casabella. Nº 597-598, (Gennaio-Febbraio), p.105-107.
- BOHIGAS, Oriol (1999) – *La Ciudad como Espacio Projectado*. In “La Arquitectura del Espacio Público: Formas del Pasado, Formas del Presente”, Sevilla, Junta de Andalucía – Consejería de Obras Públicas y Transportes e Triennale di Milano, p. 21-24.
- BUSQUETS, Joan; CORREA, Filipe (2006) – *Cities X Lines : A new lens for the urbanistic project*. Cambridge: Harvard University (Graduate School of Design). Nicolodi.
- COELHO, Rodrigo (2012) – *Formas e desígnios do espaço público na cidade contemporânea O projecto do espaço público na construção da cidade: casos portugueses*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento
- FLECK, Brigitte (1992) – *Évora* in “Álvaro Siza”. Lisboa: Relógio d’Água, p. 66-78.
- GEHL, Jan (2006) – *La humanización del espacio urbano. La vida social entre los edificios*. Barcelona: Reverté (1ª edição 1971).
- HUET, Bernard (1984) – *La Città come spazio abitabile. Alternative alla Carta di Atene*. In “Lotus. Nº 41”, p. 6-17.
- MARTÍ ARIS, Carlos (1999) – *La Construcción de los Lugares Públicos, Notas para una Etimología de la Forma Urbana*. In “Arquitectos. Nº 152”, Información del Consejo Superior de los Colegios de Arquitectos de España nº 99/4, V Bial de Arquitectura Española, p. 52-57.
- MOLTENI, Enrico (1997) – *Álvaro Siza: Barrio de la Malagueira, Évora*. Barcelona: Edicions UPC.
- SECCHI, Bernardo (1986) – *Progetto di suolo*. “Casabella. Nº 520” (Gennaio Febbraio), p.19-23.
- SIZA VIEIRA, Álvaro; SILVA, João Gomes da (1987) – *Memória Descritiva do Projecto de Espaços Exteriores do Plano de Pormenor da Malagueira*.
- SIZA VIEIRA, Álvaro (1979) – *Plano de Pormenor para a zona da Malagueira, Évora*. “Arquitectura. Nº 132”, p. 34-49.

- SIZA VIEIRA, Álvaro (1982) – *Il quartieri Malagueira a Évora*. “Casabella. Nº 478” (Marzo), p. 2-15.
- SIZA VIEIRA, Álvaro (2009) – *Viver intensamente. À volta da Malagueira* . In “Álvaro Siza : uma questão de medida (entrevistas de Dominique Machabert, Laurent Beaudouin)”. Casal de Cambra, Caleidoscópio, p. 65-83.
- TESTA, Peter (1988) – *The Malagueira District at Évora*. In “A arquitectura de Álvaro Siza”. Porto, FAUP publicações, p. 79-126.
- VENEZIA, Francesco (1983) – *Costruito in loco*. “Lotus. Nº 37”, p. 79, 80.